

Relato da reunião da Comissão de Direito à Cidade do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Foi realizada a reunião dia 29/06/2021 de forma remota coordenada por Getúlio Vargas representante da CONAM. O primeiro, e principal, ponto de pauta foi a discussão da atual Política Nacional de Habitação e os Direitos Humanos, conforme deliberado na reunião anterior da Comissão, para a qual foi feito convite ao Secretário Nacional de Habitação do MDR. O secretário não compareceu e enviou como representante a sua chefe de gabinete arquiteta Rhaiana Santana. A chefe de gabinete fez uma apresentação destacando:

1. Os marcos legais de financiamento da política habitacional pelos Fundos FGTS, FNHIS, OGU, etc. O dado do déficit habitacional quantitativo de 2019 de 5,9 milhões de domicílios, dos quais 59% derivam do componente ônus excessivo com aluguel comprometendo acima de 30% da renda familiar. Ela destacou seminário internacional do MDR de 2021 que reviu, de modo comparativo com outros países, os indicadores do déficit habitacional, assinalando que do ponto de vista do déficit qualitativo o componente de inadequação de infraestrutura tem maior incidência do que os componentes de inadequação edilícia e fundiária.

2. Em seguida apresentou linhas gerais do Decreto Lei de Janeiro de 2021 que criou o Programa Casa Verde e Amarela, frisando que prioriza o combate ao déficit qualitativo. Sobretudo nas linhas “Produção Habitacional” e “Urbanização, Regularização e Melhorias habitacionais” Anunciou estudos técnicos em andamento para criação de programa nacional de locação social. E que o MDR aguarda o Censo previsto para ser realizado em 2022 para orientar a política habitacional federal. Analisou o quadro atual de contingenciamento de recursos federais sob o argumento da perda de recursos da União com a pandemia, e sinalizou a possibilidade de descontingenciamento de recursos para a modalidade Entidades ainda em 2021.

Houve um debate crítico e questionamentos por partes dos membros da Comissão sobre os dados apresentados e a orientação da política federal. Sobretudo, interpelando e cobrando a necessidade de inclusão de dados socioeconômicos e habitacionais – especialmente a discussão crítica sobre o conceito praticado de Imóveis Vazios, Sublocados e Subutilizados - no conteúdo do Censo como base estatística imprescindível para atualização da formulação da política habitacional. Outros questionamentos levantados por mim, como representante da ANPUR, e por companheir@s dos movimentos nacionais de luta por moradia como a UNIAO, CMP e MNLM, foram: 1. Acerca das faixas mínimas de renda – alterada de 0 a 3 para até R\$ 2.000,00 - se o subsídio se mantém integral ou parcial; 2. Se as Entidades poderão captar os recursos; 3. Os números mínimos de lotes e unidades para os empreendimentos nas duas modalidades discutidas (mínimo de 100 e limite de 200 lotes apontados); 3. No caso de Melhorias Habitacionais se pagará ações de Assistência Técnica (ATHIS) com base na Lei de ATHIS do Dep. Zezéu

Ribeiro, e se recursos para ATHIS poderão ser captados somente por prefeituras ou também por Entidades; 4. Interpelei acerca da perspectiva de retomada das Conferências Nacionais das Cidades e da reconstituição do Conselho das Cidades e da viabilidade de descontingenciamento dos recursos e seus percentuais para o ENTIDADES nos empreendimentos iniciados e paralisados dos últimos 2 anos.

Seria muito extenso comentar aqui as respostas às interpelações e falas críticas à política habitacional praticada pós golpe de 2016 e aprofundadas pelo governo Bolsonaro. Inclusive a recente destinação de recursos exclusivos para habitação para policiais e militares. Mas, em síntese, claramente se trata de uma técnica de carreira que remeteu boa parte das respostas a decisões políticas que escapam de sua alçada e são de deliberação do ministro do MDR. E que restou no ponto uma discussão crítica que atualizou alguns elementos, dados e, principalmente, lacunas de informações sobre o caráter da política habitacional em curso destrutora dos avanços e marcos da política habitacional construída no período anterior.

Foi aprovada na reunião anterior uma Subcomissão de organização de um Seminário 20 anos de Estatuto da Cidade, previsto para Agosto. Solicitei participação na Subcomissão como representante da ANPUR, para a qual, desde já, fica aberto um espaço de sugestão para a Diretoria da ANPUR de 1 ou 2 nomes para falas no Seminário.